

A formação do cibertariado



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade

TERESA DIB ZAMBON ATVARIS



Conselho Editorial

Presidente

MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO

MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI

MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.

RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

URSULA HUWS

A FORMAÇÃO DO CIBERTARIADO

Trabalho virtual em um mundo real

TRADUÇÃO

Murillo van der Laan

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

H98f Huws, Ursula

A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real / Ursula Huws; tradução: Murillo van der Laan. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

1. Sociologia do trabalho. 2. Trabalhadores – Efeito das inovações tecnológicas. 3. Trabalho – Aspectos sociais. 4. Sociedade da informação. 5. Mudança social. I. Laan, Murillo van der. II. Título.

CDD - 305.562
- 331.25
- 306.36
- 303.4833
- 303.4

ISBN 978-85-268-1391-5

Título original: *The making of a cybertariat:
Virtual work in a real world*, Ursula Huws

Copyright © 2003 by Monthly Review Press

Copyright © 2017 by Editora da Unicamp

1ª reimpressão, 2020

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade da autora e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp

Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar

Campus Unicamp

CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil

Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728

www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

Agradecimentos

Em uma coletânea de materiais como esta, que abrange quase quatro décadas, é impossível sequer começar a agradecer aos muitos amigos, colaboradores e mentores que contribuíram, direta ou indiretamente, com o seu conteúdo. Aqui me contentarei em mencionar apenas alguns, cujo apoio foi mais importante.

Em primeiro lugar, algumas integrantes dos diversos grupos de mulheres com os quais estive envolvida, quando redigi os primeiros artigos e cujos *insights* fluíram junto com os meus próprios, gota por gota, de maneira que é impossível distinguir as diversas contribuições da confluência coletiva que então emergiu. Em Yorkshire, nos anos 1970, isso incluía o West Yorkshire Women and New Technology Group, especialmente Jude Stoddart, Julia Dick, Lynette Willoughby e Liz Lancaster, e um grupo mais privado, sem nome, originariamente reunido por Jenny Taylor, que em seus diversos períodos incluiu Sarah Perrigo, Janet Woolf, Jean Gardiner, Shirley Moreno, Lee Comer, Marsha Rowe, Glen Park, Gillian Lacey, Griselda Pollock e Sue Wilby. Mais tarde, em Londres, havia outros três grupos, mais ou menos simultâneos: o Women Working Worldwide – que posteriormente se estabeleceu formalmente –, especialmente Helen O’Connell e Geraldine Reardon; um grupo originariamente constituído principalmente

de mulheres que faziam algum tipo de pesquisa relacionada ao emprego: Jane Barker, Shelley Adams, Ruth Elliot, Mandy Clark, Jane Foot e Lucy de Groot; e um outro que consistia principalmente de escritoras: Liz Heron, Marsha Rowe (novamente!), Alison Fell, Rosie Parker, Alison Mitchell e Maggie Millman. Shirley e Ruth faleceram prematuramente, e a falta delas é sentida grandemente; muitas das outras continuam amigas próximas e solidárias. Obrigada a todas vocês.

Minha segunda tarefa é agradecer a Andrew Nash, Michael Yates e seus colegas na Monthly Review Press, por sua paciência e compreensão, e a Leo Panitch, por me apresentar a eles. Leo também merece um agradecimento, junto com Colin Leys, seu coeditor no *Socialist Register*, por me encorajar a arrumar tempo e organizar minhas ideias. Colin é o editor mais sensível e modesto com quem já me deparei, e tenho muito a agradecer-lhe pelo rigor de suas críticas (sempre construtivas e gentilmente colocadas), assim como por sua paciência e sua amizade, que muito estimo. Também sou grata a Colin, Leo e a seu colega Sam Gidin, por me convencerem de que há um público para minhas ideias. Entretanto, é a Sheila Rowbotham que devo a ideia de reunir esta coleção de ensaios. Obrigada, Sheila, por sua generosidade e confiança em mim ao longo dos anos.

Finalmente, devo um imenso obrigado a Peace Rwakeiru, que encarou montanhas de papéis para rastrear os artigos originais incluídos nesses livros, fotocopiá-los, escaneá-los para mim, conferir cuidadosamente as imagens escaneadas com as originais e, educada mas insistentemente, me importunar, durante um período de pelo menos dois anos, para lê-los e mandá-los para serem editados. Sem a ajuda dela, este livro realmente não teria sido publicado.

Sumário

<i>Introdução</i>	11
1 <i>Novas tecnologias e trabalho doméstico</i>	17
2 <i>Tecnologia doméstica: Libertação ou escravidão?</i>	33
3 <i>Terminal isolado: A atomização do trabalho e do lazer na sociedade cabeada</i>	43
4 <i>O escritório global: Tecnologias da informação e a realocação do trabalho de colarinho branco</i>	63
5 <i>Desafiando a mercadorização: Produzindo utilidade fora da fábrica</i>	71
6 <i>A saúde da mulher no trabalho</i>	93
7 <i>Teletrabalho: Projeções</i>	107
8 <i>O esmaecer do sonho coletivo: Reflexões sobre 20 anos de pesquisa sobre mulheres e tecnologias</i>	129
9 <i>Mundo material: O mito da economia sem peso</i>	165
10 <i>A formação de um cibertariado? Trabalho virtual em um mundo real</i>	203
11 <i>Quem está esperando? Sobre a contestação do tempo</i>	241

12	<i>Expressão e expropriação: A dialética de autonomia e controle no trabalho criativo.....</i>	255
13	<i>A crise como uma oportunidade capitalista: A nova acumulação através da mercadorização do serviço público.....</i>	289
14	<i>Vida, trabalho e valor no século XXI: Desfazendo o nó.....</i>	319
	<i>Referências bibliográficas</i>	363
	<i>Índice remissivo</i>	377

Introdução

Os primeiros capítulos deste livro foram escritos no final dos anos 1970, quase 40 anos antes do último. Nesse intervalo de tempo, de quase quatro décadas, muitos dos aspectos da vida econômica e social, em todo o mundo, mudaram a ponto de se tornarem quase irreconhecíveis. Pode parecer, assim, que muitas dessas velhas ideias sejam demasiadamente antiquadas para ter qualquer relevância possível no mundo de 2017.

Na verdade, há semelhanças extraordinárias entre o período no qual os primeiros capítulos foram redigidos e aquele em que vivemos hoje. O primeiro artigo foi escrito aproximadamente cinco anos depois da crise do capitalismo de 1973, e o último aproximadamente cinco anos depois da crise de 2007-2008. Em cada um desses períodos, o capitalismo estava em um processo de reestruturação pós-crise e usou as novas tecnologias como um instrumento para isso. E, a cada vez, a reestruturação teve duas dimensões características: a precarização do trabalho existente e o desenvolvimento de novas mercadorias.

A primeira dessas estratégias capitalistas envolve a reorganização do trabalho: usar novas tecnologias para padronizar e simplificar tarefas, quebrar o poder dos sindicatos que representam os trabalhadores qualificados e introduzir uma nova força de tra-

balho para realizar as atividades destes de maneira mais barata, com contratos mais instáveis e utilizando um exército industrial de reserva que está localizado, em grande parte, no Sul Global. O segundo aspecto da reestruturação capitalista envolve a geração de mercadorias inteiramente novas, retiradas de aspectos da vida ou da natureza que, anteriormente, permaneciam fora do escopo das relações capitalistas.

Nos anos 1970, muitas das tarefas que começaram a ser padronizadas, reorganizadas, realocadas e terceirizadas foram aquelas dos trabalhadores que haviam, nas décadas anteriores, demonstrado sua militância. Elas incluíam trabalhadores do setor gráfico (cujas qualificações se tornaram defasadas pela introdução da tipografia computadorizada, que podia ser realizada por qualquer um que soubesse operar um teclado-padrão), estivadores (cujos métodos de organização, baseados nos portos então existentes, podiam ser contornados pelo uso de contêineres padronizados) e trabalhadores do setor automotivo (no qual os empregados mais qualificados podiam ser substituídos por máquinas e robôs computadorizados). O trabalho de escritório – local em que um número cada vez maior de mulheres passou a trabalhar durante o pós-guerra – também se transformou nessa época, por meio da ampla introdução de tecnologias computadorizadas, tais como os processadores de textos.

A padronização das tarefas que sustentou essa reestruturação possibilitou a reorganização do trabalho, tanto espacial quanto contratualmente. A produção poderia se deslocar das economias desenvolvidas da Europa, dos Estados Unidos e do Japão para partes do mundo em que o trabalho era mais barato, e novas fábricas poderiam ser estabelecidas a partir dos princípios *just in time*. Novas tecnologias não foram usadas apenas para automatizar e simplificar o trabalho, mas também para gerenciá-lo, independentemente da distância, usando para isso combinações de tecno-

logias da informação e das telecomunicações – que se desenvolviam rapidamente – para transmitir dados ao redor do mundo. No final dos anos 1970, começava-se, inclusive, uma divisão global do trabalho de processamento de informações para corresponder àquela da manufatura, com o uso de trabalhadores *offshore* para fornecer serviços baratos de entrada de dados para as economias mais ricas do mundo desenvolvido. E, claro, as mesmas tecnologias que possibilitaram ao trabalho ser realizado do outro lado do mundo também possibilitaram que ele fosse realizado mais perto, por um exército de trabalhadores domiciliares.

Os capítulos 3, 4, 6 e 7 mapeiam alguns desses desenvolvimentos durante os anos 1970 e 1980, discutindo suas implicações para a organização espacial, técnica e de gênero do trabalho, enquanto o capítulo 8 reflete sobre o desenvolvimento da pesquisa sobre esses fenômenos realizada entre os anos 1970 e 1990. Muito do que foi descrito nesses capítulos era ainda embrionário à época, alcançando uma difusão de massa apenas nas décadas posteriores.

A segunda dimensão da reestruturação capitalista – o desenvolvimento de mercadorias inteiramente novas – é talvez ainda mais radical em suas implicações. Os capítulos 1 e 2 representam minhas primeiras reflexões sobre como isso ocorre, usando os exemplos do trabalho doméstico e traçando a história de como atividades que eram anteriormente realizadas no lar para a obtenção de um simples valor de uso foram, desde os primórdios do capitalismo, absorvidas pelo mercado, fornecendo a base para novos serviços e indústrias manufatureiras que vendiam novas mercadorias para satisfazer a essas necessidades (agora comercializadas), de cafés solúveis a lavanderias, de medicamentos a fornos micro-ondas. Eles também discutem como as inovações tecnológicas que possibilitam esse processo têm a tendência a vir em ondas, seguindo as crises periódicas do capitalismo, exemplificadas pela onda de novas indústrias baseadas em produtos elétricos

que se seguiu à crise de 1929, apoiada na difusão da eletricidade, e preveem desenvolvimentos similares, baseados na difusão das tecnologias de informação e comunicação e na bioengenharia, a partir dos anos 1980, que começariam outra fase do desenvolvimento capitalista baseada em outras novas mercadorias.

Os capítulos 9 e 10 (ambos publicados pela primeira vez no *Socialist Register*) colocam esses desenvolvimentos em um contexto teórico mais amplo, examinando o que eles podem nos dizer sobre as dinâmicas do capitalismo global e, por conseguinte, sobre as dinâmicas da reestruturação do trabalho e das mudanças na formação das classes. O capítulo 9 foi redigido pouco antes da crise de fins do século XX, na qual a bolha “pontocom” – que vinha se expandindo ao longo dos anos 1990 – estourou. Começa com uma crítica às perspectivas que difundiram, ao longo dos anos 1990, a ideia de que uma economia “imaterial”, “sem peso” ou “baseada no conhecimento” estava se desenvolvendo, e que nela o valor era criado apenas pela informação, o que tornaria obsoletos os velhos modelos econômicos baseados na economia material. Ao indicar a base material da “nova” economia, o artigo não apenas mostrou que tais perspectivas estavam equivocadas, mas também antecipou a implosão econômica que estava prestes a ocorrer.

Argumenta-se aqui que a introdução das tecnologias da informação e da comunicação tem como objetivo não a abolição do trabalho, mas seu barateamento e disciplinamento. Ela altera também a divisão técnica entre trabalho manual e intelectual, criando novos tipos rotinizados de trabalho de colarinho branco, enquanto torna algumas tarefas manuais obsoletas. Os trabalhadores que realizam os novos tipos de trabalhos rotinizados de processamento de informações, distribuídos em todo o mundo em cadeias de valor dispersas, podem ser considerados uma nova subdivisão da classe trabalhadora – um “cibertariado”.

Muitas das tarefas realizadas por esses trabalhadores substituem aquelas que eram anteriormente realizadas cara a cara, por trabalhadores de serviços que interagiam diretamente com o público. A digitalização de alguns aspectos do trabalho e o uso de tecnologias de telecomunicação possibilitam não apenas a realocação do trabalho independentemente da distância, mas também a transferência de algumas das tarefas do trabalhador remunerado para o consumidor não remunerado, criando novos tipos de “trabalho de consumo”. O capítulo 11 discute alguns desses desenvolvimentos e mostra como a taylorização dos processos de trabalho do trabalhador remunerado também implica a taylorização do trabalho não remunerado do consumidor – com as pressões de tempo sobre os trabalhadores remunerados traduzidas em longos períodos de espera por parte do cliente não remunerado. Mesmo as atividades regulares de consumo se tornam, assim, meios de intensificar a exploração do trabalho do cibertariado que tem como tarefa servir a esses clientes.

A reconcepção do trabalho, que possibilita essas novas divisões do trabalho, demanda criatividade e inovação. O capítulo 12 aborda, especialmente, a posição contraditória dos trabalhadores criativos no capitalismo global, que precisam, por um lado, ser livres o suficiente para criar novas ideias e, por outro, controláveis de maneira que tais ideias, uma vez produzidas, possam ser apropriadas pelo capital. O artigo explora, em particular, as diversas formas de controle utilizadas e as razões das dificuldades dos trabalhadores em resistir a elas.

Os capítulos 13 e 14 nos levam ao período posterior à crise de 2007-2008. O capítulo 13 concentra-se em um aspecto da nova onda de mercadorização impulsionada pela crise, a mercadorização dos serviços públicos, e reflete sobre o que isso significa não apenas para os trabalhadores do setor público, mas para a classe trabalhadora como um todo. A mercadorização dos serviços pú-

blicos não é, obviamente, a única forma de mercadorização que ocorre atualmente. Está em curso também um processo ativo de mercadorização contínua da arte e da cultura, da natureza e da própria sociabilidade humana. Muitas dessas novas formas de mercadorização foram possibilitadas pelas tecnologias digitais e são, possivelmente, mais visíveis na proliferação do uso de plataformas *on-line* para gerenciar não apenas a compra, o acesso à cultura e a comunicação social, mas também o trabalho. A maneira com que as mídias *on-line* penetraram todos os aspectos da vida levou alguns comentadores à afirmação de que a teoria do valor-trabalho de Marx não é mais relevante para a era digital. O capítulo 14 argumenta que ela nunca foi tão relevante quanto agora, avançando um modelo detalhado do trabalho que permite ser atualizado para a era da internet. Conclui discutindo como essa análise pode ajudar a compreender a classe no século XXI.

Novas tecnologias e trabalho doméstico

Em *Trabalho e capital monopolista*, Harry Braverman escreve:

[...] à medida que os avanços da indústria de utilidades domésticas e de serviços aliviam o trabalho da família, aumentam a futilidade da vida familiar; à medida que removem os fardos das relações pessoais, esvaziam-nas de sentimentos; à medida que criam uma intrincada vida social, despem-na dos vestígios da comunidade e deixam em seu lugar um vínculo monetário.¹

A história da indústria manufatureira dos últimos 250 anos ou mais pode ser vista, bem simplificada, como o deslocamento em direção ao mercado das tarefas desempenhadas gratuitamente no lar, onde elas se tornam, uma após a outra, trabalhos pagos realizados não para o uso, mas para a troca. Esse processo é descrito como a socialização do trabalho doméstico. De acordo com Alice Clark,

[...] no século XVII [a atividade doméstica] abrangia um conjunto muito mais amplo de produção: fermentação de bebidas, preparação de laticínios, criação de aves domésticas e suínos, produção de ve-

¹ Braverman, 1977, p. 240.

getais e frutas, fiação de linho e de lã, atividades de cuidado e produção de medicamentos, todos eram parte da indústria doméstica.²

Se olharmos para um período histórico mais amplo e incluímos o trabalho normalmente realizado por homens, poderemos estender a lista feita por Clark adicionando a produção de uma diversidade ainda maior de mercadorias: a fabricação de casas, móveis, sapatos, roupas, equipamentos agrícolas, meios de transporte, ferramentas, cerâmicas, velas e muitos outros.

O processo de socialização da produção desses bens teve efeitos diversos.

Primeiro, a produção em massa na fábrica permitiu a racionalização dos métodos de trabalho e o desenvolvimento da tecnologia, resultando em artigos mais baratos, o que fez com que se tornasse não econômico continuar a produzi-los em casa.

Segundo, a tarefa criativa de “produção” desapareceu do lar para ser substituída pela tarefa não criativa de consumo. Comprar tornou-se parte do trabalho doméstico, trazendo com isso a dependência do salário e impulsionando o desenvolvimento da indústria do varejo.

Terceiro, a despeito de muitos dos trabalhos criados serem de fato realizados por mulheres e crianças (por exemplo, na indústria têxtil), o desenvolvimento da indústria manufatureira reforçou as divisões entre os “trabalhos de homens” (trabalho assalariado fora de casa) e os “trabalhos de mulheres” (trabalho não pago realizado em casa) e a introdução de noções como a de “salário familiar”.

Ao lado dessa socialização da produção desempenhada no lar, houve a socialização dos serviços que eram aí realizados. Mulheres herboristas e parteiras que atuavam gratuitamente para suas famílias e vizinhos foram substituídas por homens boticários e ci-

² Clark, 1968.

rurgiões que cobravam por suas atividades e que estabeleceram as bases para o ofício médico moderno e para as indústrias a ele relacionadas. Mulheres sábias que arbitravam conflitos foram substituídas por advogados homens que recebiam honorários. Tradições orais de educação foram substituídas por literárias – novamente sob o controle de homens. Indústrias complexas cresceram para atender às novas necessidades da troca e da distribuição.

A descrição acima é, obviamente, muito simplista. As coisas não aconteceram todas ao mesmo tempo e sem nenhum conflito. Seria um equívoco também acreditar que o processo de socialização do trabalho doméstico está completo; ele permanece ainda em curso e provavelmente assim continuará. Ao esboçarmos aqui seu desenvolvimento histórico, nosso propósito é tentar começar a desvendar a maneira como ele se realiza no capitalismo e, mais especificamente, investigar aí o papel da introdução de novas tecnologias. Se tivermos sucesso nessa compreensão, deverá ser possível, então, prever quais novos bens e serviços surgirão como resultado da presente avalanche de investimentos nas tecnologias para microprocessadores e compreender as bases para o próximo *boom*. Poderemos também contribuir com a elaboração das demandas que irão alcançar uma socialização do trabalho doméstico que não aprisione simplesmente as mulheres (e os homens) em trabalhos mal remunerados e não criativos.

No capitalismo, o propósito ao introduzir novas tecnologias na indústria manufatureira é produzir mais bens com menos trabalho (e preferencialmente de forma mais barata). Em cada nova onda tecnológica, trabalhadores qualificados são substituídos por máquinas. E cada vez que há um investimento de larga escala em novas tecnologias, os mesmos temores aparecem: isso resultará em desemprego massivo e em nenhum mercado para os bens que serão produzidos pelos novos métodos, porque os trabalhadores desempregados não terão dinheiro para comprá-los (“robôs não

compram carros”). Na verdade isso nunca aconteceu, a despeito de frequentemente haver curtos períodos de alto desemprego e alguns trabalhadores individuais tornarem-se permanentemente supérfluos. Em cada onda, enquanto as indústrias mais antigas usam mais capital e empregam menos trabalho em sua produção, novas indústrias emergem produzindo novas mercadorias ou novos serviços, geralmente usando mais trabalho em seus estágios iniciais.

No século XX podemos ver exemplos disso no desenvolvimento de indústrias como aquelas voltadas para rádio, TV, discos, sistemas *hi-fi*; comidas congeladas e outras formas de alimentos pré-preparados; máquinas de lavar, refrigeradores e outros eletrodomésticos; cosméticos; medicamentos; detergentes e outros produtos químicos.

Essas indústrias têm uma coisa em comum: todas elas “vêm” do trabalho doméstico. As mercadorias que produzem substituíram atividades executadas no lar por mulheres da geração anterior: cantar, ler em voz alta, tocar piano, e geralmente fornecer entretenimento familiar; preparar e preservar comida; cuidar, lavar e limpar.

A geração de mulheres que assumiam essas atividades como uma parte normal do trabalho doméstico tomava como certas determinadas coisas que seriam estranhas para seus avós, tais como a produção em massa de sapatos e roupas, máquinas de costurar, medicamentos patenteados, comprar sabão, gás ou energia elétrica.

Um aspecto muito interessante dessa socialização do trabalho doméstico é que ela não reduziu a quantidade de tempo total gasto com ele, como logicamente era de esperar. Apesar de novas oportunidades de trabalho remunerado terem sido criadas fora do lar, a quantidade de trabalho não pago em seu interior perma-